



UCLG AFRICA
United Cities and Local Governments of Africa
Cités et Gouvernements Locaux Unis d'Afrique
CGLU AFRIQUE

Join us

7th edition of the African Forum of Territorial Managers
and Training Institutes targeting the Local Government

FAMI VII - 2023

On the Theme:

**"The contribution of Local and Regional Governments to the achievement
of the African Continental Free Trade Area (AfCFTA)"**

From November 20th to 26th, 2023

El Jadida, Region of Casablanca-Settat, Kingdom of Morocco

Soon on the UCLG Africa Portal: www.uclga.org

For registration to the FAMI 7_2023, please scan the QR-code:



"Together for an Effective Local Africa"



7^a edição do Fórum Africano de Gestores Territoriais e Institutos de Formação dirigidos às Autarquias Territoriais

(FAMI7_2023)

Sobre o assunto :

**"A contribuição das Autarquias Locais para a realização da Área de
Livre Comércio Continental Africana (ALCCA)"**

Da cidade de El Jadida, Região de Casablanca-Settat,

Reino de Marrocos

20 a 26 de Novembro de 2023

Link para registo FAMI 7_2023:

https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSftoKi5OXpUFkjOQKI96BITRC6SN4nPZFvt6VbhbaAnoIM1g/viewform?usp=sf_link

Com o apoio do Reino de Marrocos e da Comissão Europeia



« Juntos por uma África Eficiente »

www.uclga.org

NOTA CONCEITUAL

Contexto e Justificação

Em todo o mundo, a integração econômica regional ajuda a acelerar o crescimento e o desenvolvimento ao trazer diversos benefícios relacionados à melhor cooperação política, comércio e troca de bens e serviços mais integrados, além da geração de empregos. Tem sido um poderoso motor para maior eficiência econômica e aumento dos padrões de vida em todo o mundo, e contribuiu para uma melhoria marcante na situação econômica das economias de mercado emergentes. Vários exemplos em todo o mundo mostram as múltiplas vantagens e benefícios da integração econômica, particularmente na Europa, Ásia, América Latina e África.

O objetivo final da integração econômica é aumentar o comércio, promovendo ¹:

- a) **Promover as vantagens comparativas** de cada país e de cada zona económica;
- b) **A criação de oportunidades de negócios e mercados promissores** : os países envolvidos têm a liberdade de escolher entre uma ampla gama de bens e serviços, inclusive baratos;
- c) **A criação de oportunidades de emprego**: as diferentes opções disponíveis na integração econômica ajudam a liberalizar e estimular o comércio;
- d) **Promoção de benefícios para os mercados financeiros** : a integração económica é extremamente benéfica para os mercados financeiros, uma vez que facilita às empresas a obtenção de capitais a taxas de juro concessionais;
- e) **Aumento do investimento estrangeiro direto**: a integração econômica promove o crescimento do investimento estrangeiro direto (IDE) e a criação de empresas;
- f) **Integração política**: os países que se engajam na integração econômica formam um grupo e adquirem maior influência política do que um país que atua individualmente;
- g) **Convergência económica real**: a integração regional pode conduzir a uma convergência económica real entre os países membros através da abertura dos mercados à concorrência estrangeira, resultante do desmantelamento de barreiras burocráticas, administrativas e sobretudo alfandegárias, promove também a livre circulação de capitais, trabalho e outros recursos.

Recapitulação histórica e mapeamento das experiências existentes em África

Foi assim que os primeiros Chefes de Estado e de Governo africanos apostaram na integração para construir uma África integrada como pré-requisito para o desenvolvimento do Continente. Desde 1963, a busca pela Unidade Africana foi inspirada pelo espírito do Pan-africanismo, enfatizando essencialmente a libertação e independência política e econômica com a criação da Organização da Unidade Africana (OUA). Seus objetivos eram então:

- o reforço da unidade e solidariedade dos Estados africanos,
- a coordenação e intensificação de sua cooperação e seus esforços para oferecer melhores condições de vida aos povos da África,
- a defesa da sua soberania, da sua integridade territorial e da sua independência,
- a eliminação, em todas as suas formas, do colonialismo da África,
- a promoção da cooperação internacional, tendo devidamente em conta a Carta das Nações Unidas e a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Muitos argumentos têm defendido o reforço da integração regional africana, nomeadamente: a fragilidade do comércio interno, a permeabilidade das fronteiras, o estado degradado ou ausência de infraestruturas e serviços de qualidade.

¹ https://au.int/sites/default/files/newsevents/workingdocuments/12553-wd-sia_portuguese.pdf

Várias iniciativas surgirão nessa esteira, incluindo:

1. A criação de **Comunidades Económicas Regionais (CERs)** que se desenvolveram individualmente e têm funções e estruturas diferentes.
2. **A União do Magrebe Árabe (AMU)**: criada em Marráquexe em fevereiro de 1989 por um tratado constitutivo, reúne Argélia, Líbia, Marrocos, Tunísia e Mauritânia. Esses objetivos principais são os seguintes: "reforçar os laços de fraternidade que unem os Estados membros e seus povos, alcançar o progresso e a prosperidade das sociedades que os compõem e defender seus direitos, esforçar-se por aplicar uma política comum em diferentes áreas, contribuir para a preservação da paz baseada na justiça e na equidade e trabalhar progressivamente para alcançar a livre circulação de pessoas, serviços, bens e capitais".
3. **A Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC)** redefiniu a base para a cooperação entre os estados membros, passando de uma associação informal para um acordo juridicamente vinculativo. Sua visão é construir uma região que possa atingir um alto grau de harmonização e racionalização – para permitir a união de recursos para alcançar a autossuficiência coletiva e melhorar o padrão de vida das pessoas da região. A SADC tem agora 16 Estados Membros: Angola, Botswana, Comores (desde Agosto de 2017), Eswatini, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Seychelles, República Democrática do Congo, África do Sul, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe.
4. **A Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD)** é uma comunidade económica regional composta por oito estados do Corno de África: Djibuti, Eritreia, Etiópia, Quênia, Uganda, Somália, Sudão e Sudão do Sul e Eritreia, criada em 1986. A sua Cimeira aprovou a decisão fortalecer a cooperação regional em três áreas prioritárias: a) segurança alimentar e proteção ambiental; b) cooperação econômica, integração regional e desenvolvimento social; e (c) paz e segurança.
5. **Mercado Comum para a África Oriental e Austral (COMESA)**: É uma organização localizada principalmente na África Oriental e Norte da África, composta por 21 países membros: Burundi, Djibuti, Egito, Eritreia, Eswatini, Etiópia, Quênia, Líbia, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Uganda, República Democrática do Congo, Ruanda, Seicheles, Somália, Sudão, Tunísia, União das Comores, Zâmbia e Zimbabwe). A 5 de novembro de 1993, foi assinado em Kampala (Uganda) o Tratado sobre a transformação da ZEP (Zona Preferencial de Comércio) em comunidade económica regional e a 8 de dezembro de 1994, o Tratado foi ratificado por 12 dos 19 Estados Membros, marcando assim o estabelecimento efetivo do COMESA. O eixo principal é promover a integração regional por meio do comércio e investimento, bem como o uso sustentável de recursos sustentáveis para o benefício de todas as populações da região, igualdade de gênero e capacitação da juventude e desenvolvimento social.
6. **A Comunidade dos Estados do Sahel-Saara (CEN-SAD)**: é uma organização internacional que reúne 29 Estados africanos: Benim, Burkina Faso, República Centro-Africana, Comores, Costa do Marfim, Djibuti, Egito, Eritreia, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Quênia, Libéria, Líbia, Mali, Marrocos, Níger, Nigéria, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Somália, Sudão, Chade, Togo, Tunísia. A principal tarefa do CEN-SAD é o desenvolvimento socioeconómico dos seus estados membros, através da agricultura, indústria, energia, comércio, finanças, infraestruturas, desenvolvimento social, cultura e saúde.

7. **A Comunidade Económica dos Estados da África Central (ECCAS):** criada em Outubro de 1983, reúne 11 países : Angola, Burundi, Camarões, Camarões, Congo, Gabão, Guiné Equatorial, Gabão, República Centro-Africana, República do Congo, República Democrática da Congo, Ruanda e São Tomé e Príncipe. A missão da ECCAS é promover o diálogo político na região, criar um mercado comum regional, estabelecer políticas sectoriais comuns, promover e reforçar a cooperação harmoniosa e o desenvolvimento equilibrado e autónomo em todos os domínios da actividade económica e social da região, nomeadamente na indústria, agricultura , recursos naturais, infraestruturas, comércio, alfândega e questões monetárias e financeiras, bem como turismo.
8. **A Comunidade da África Oriental (EAC) :** Inclui Burundi, Comores, Djibuti, Etiópia, Eritreia, Quênia, Ruanda, Seychelles, Somália, Sudão do Sul, Sudão, Tanzânia e Uganda. Originalmente fundada em 1967, a EAC foi dissolvida em 1977, depois recriada em 2000-2001 com Quênia, Uganda e Tanzânia. Os objetivos da Comunidade são desenvolver políticas e programas destinados a ampliar e aprofundar a cooperação entre os Estados Membros nos assuntos políticos, económicos, sociais, culturais, de pesquisa, tecnológicos, de defesa, segurança, jurídicos e judiciais para benefício mútuo.
9. **A Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO)** foi criada 28 de maio de 1975 pelo Tratado de Lagos e tem o mandato de promover a cooperação e integração econômica em todos os campos econômicos entre os 15 Estados Membros: Benim, Burkina Faso, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo. Em 1976, Cabo Verde aderiu à CEDEAO e, em dezembro de 2000, a Mauritânia retirou-se desta integração.
10. **A União Africana (UA) :** criada em 2002 em Durban, África do Sul pelos Chefes de Estado da OUA. Seu objetivo é facilitar a integração econômica regional entre os membros de cada região e dentro da maior Comunidade Econômica Africana (AEC).

O Relatório sobre o Estado da Integração Regional em África publicado pela Comissão da União Africana, Departamento dos Assuntos Económicos em 2019, conclui que o processo de integração africana tem registado resultados inegáveis em linha com o disposto no Tratado de Abuja, apesar de vários obstáculos que impedem ou retardar o processo de integração.

Esses desafios incluem, entre outros, insegurança, falta de implementação de protocolos por parte de alguns Estados Membros, barreiras ao comércio, altos custos de produção, desenvolvimento tecnológico insuficiente, colaboração insuficiente em redes de relacionamento, restrições do lado da oferta, desenvolvimento deficiente de infraestrutura, baixo investimento, falta de harmonização de políticas, participação em mais de uma organização regional, fracos recursos humanos e mobilização de recursos financeiros e materiais.

Integração económica, uma alavanca estratégica nas Agendas 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e na Agenda Africana 2063

Ao longo da última década, os governos africanos abraçaram, tal como outros países em todo o mundo, a mudança política global e a convergência das agendas globais, nomeadamente a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, a Agenda de Paris sobre as Alterações Climáticas, a Agenda de Ação de Adis Abeba para o Financiamento de Desenvolvimento, o Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Desastres e a Nova Agenda Urbana. Esta adesão faz parte de uma reorientação da política continental para o desenvolvimento sustentável, conforme definido na Agenda 2063.

Ao adoptar a sua Agenda 2063 com as suas Sete Aspirações, os Líderes Africanos estavam *“profundamente conscientes de que África (estava) numa encruzilhada e (estavam) determinados a transformar o continente e garantir a irreversibilidade e universalidade da condição africana”*.

Com as suas 7 aspirações, os Estados africanos exprimiram o seu desejo de prosperidade e bem-estar partilhados, unidade e integração, um continente de cidadãos livres e horizontes mais amplos onde se realiza todo o potencial das mulheres e jovens, rapazes e raparigas, e onde eles são livres de medo, doença e desejo.

A Agenda 3063 visa realizar um conjunto de Sete Aspirações, cada uma com seus próprios objetivos que, se alcançados, permitirão que a África realize sua visão para o ano 3063. Essas 7 Aspirações refletem nosso desejo de prosperidade e bem-estar compartilhado, unidade e integração, de um continente de cidadãos livres e de horizontes alargados, onde as potencialidades das mulheres e dos jovens são plenamente exploradas e libertas do medo, da doença e do desejo.

A integração regional é, portanto, uma prioridade fundamental da estratégia de desenvolvimento da África, onde o livre comércio entre os membros é uma das pedras angulares desta Agenda.

Aspiração 2 da Agenda Africana 2063

Um continente integrado, politicamente unido e ancorado nos ideais do Pan-africanismo e na visão do Renascimento Africano.

Desde 1963, a busca pela Unidade Africana foi inspirada pelo espírito do pan-africanismo, com ênfase principal na libertação e independência política e econômica. Este espírito é impulsionado pelo desenvolvimento baseado na autoconfiança dos povos africanos, com governança democrática e centrada nas pessoas.

Metas :

• África Unida (Federal/Confederada)

Acelerar o progresso em direção à unidade e integração continental para crescimento sustentado, comércio, troca de bens e serviços, livre circulação de pessoas e capital por meio da criação de uma África unida e integração acelerada da economia por meio da implementação da Área de Livre Comércio Continental (ALCCA).

• Infraestrutura de classe mundial em todo o continente

Conectividade melhorada através de iniciativas mais recentes e ousadas para ligar o continente por via férrea, rodoviária, marítima e aérea; e desenvolver pools de energia regionais e continentais, bem como as Tecnologias de informação e comunicação (TIC).

• Descolonização

- Todos os remanescentes do colonialismo terão terminado e todos os territórios africanos sob ocupação totalmente libertados.

Além disso, o Objetivo 17 dos ODS exige cooperação e parceria global para: “17.6. Fortalecer a cooperação regional e internacional Norte-Sul, Sul-Sul e triangular em ciência, tecnologia e inovação, e acesso a ela, e melhorar o compartilhamento de conhecimento sobre termos mutuamente acordados, inclusive melhorando a coordenação entre os mecanismos existentes, particularmente no nível das Nações Unidas, e estabelecendo um mecanismo global de facilitação de tecnologia” para enfrentar desafios globais, regionais e locais, como mudança climática, gestão de resíduos, eficiência energética e desenvolvimento econômico local (DEL).

Um novo Marco na construção e consolidação da Integração Económica Africana: a ALCCA

Marcada por um voluntarismo emancipatório pan-africano dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana em março de 2017 em Kigali (Ruanda), a histórica assinatura da Área de Livre Comércio Continental Africano (ALCCA), lançada oficialmente em janeiro de 2021, é uma prova para concretizar esta aspiração continental.

É constituída pelas comunidades económicas regionais existentes, nomeadamente:

- A COMESA, África Oriental e Austral,
- A CAE, África Oriental,
- SADC, África Austral,
- CEEA, África Central,
- CEDEAO, África Ocidental,
- UMA, Magrebe,
- CENSAD, Estados sahelos-saarianos.

Seus principais objetivos são:

- (1) aprofundar a integração econômica na África, de acordo com a Agenda 2063,
- (2) criar uma união aduaneira continental,
- (3) liberalizar o comércio intra-africano,
- (4) resolver questões de sobreposição de membros das Comunidades Económicas Regionais (CERs),
- (5) melhorar a competitividade,
- (6) contribuir para o movimento de capitais e pessoas físicas e facilitar investimento,
- (7) promover o desenvolvimento socioeconômico sustentável e inclusivo, igualdade de gênero e transformação estrutural, e,
- (8) promover a industrialização.

Para a Comissão Económica das Nações Unidas para África (CEA), a implementação da ALCCA vai aumentar o comércio intra-africano em 52%, com um aumento de 35 mil milhões de dólares por ano.

Quais são os benefícios para Governança e Desenvolvimento no Nível Local?

Esta reorientação traduz um crescente reconhecimento do papel das cidades e territórios enquanto atores chave do desenvolvimento, agora inseridos na dinâmica da transição global para o crescimento sustentável onde cada ator e stakeholder tem a sua parte de responsabilidade a assumir para fazer deste projeto estruturante um sucesso.

As Autarquias Territoriais Africanas (ATA) têm um grande papel a desempenhar no processo horizontal de integração da África.

É a este nível que se respondem às necessidades de desenvolvimento sociocultural das populações, nomeadamente ao nível da saúde pública, educação, habitação, mobilidade, gestão de resíduos, acesso à água potável, iluminação, equipamentos culturais e recreativos e outros bens públicos e serviços essenciais à qualidade de vida no território e ao bem-estar dos cidadãos).

É também a este nível que se cria um ambiente favorável e facilitador à competitividade, à promoção do investimento e à criação de emprego. É também da responsabilidade das Autarquias Locais Africanas tomar as medidas adequadas que contribuam para o desenvolvimento sustentável (áreas verdes, controlo das emissões de gases com efeito de estufa, gestão de resíduos, etc.), e dotar o território das infraestruturas, equipamentos e serviços necessários, assegurando a gestão das relações com os ecossistemas naturais, da proteção da biodiversidade, da organização da transição para o desenvolvimento sustentável, da estruturação das relações entre o meio rural e o urbano, e da promoção da justiça social e territorial.

É assim que as Nações Unidas apelam à localização dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), dos quais reconhecem que mais de 65% são da competência das Autarquias Locais.

A importância destas missões, bem como a sua diversidade, mostram até que ponto as Autarquias Territoriais Africanas (ATAs) são um nível de governação essencial para a transformação estrutural e desenvolvimento sustentável de África.

O Fórum das Regiões Africanas, iniciado durante a 8ª edição da Cimeira Africidades da CGLU África, realizada em novembro de 2018 em Marráquexe, Marrocos, constitui uma ferramenta unificadora e unificadora para a voz dos Governos Locais e Regionais. A sua primeira reunião realizou-se de 8 a 10 de setembro de 2022 em Saïdia, no Reino de Marrocos, com o tema “A contribuição das Autarquias Regionais para o desenvolvimento sustentável e as dinâmicas de integração em África”.

Dada a escala geográfica, as Regiões são a escala adequada para desenhar, implementar e avaliar políticas de desenvolvimento econômico com foco na geração de empregos e geração de renda. Além dos parques industriais, devem trabalhar para melhorar o ambiente de negócios e desenvolver instrumentos, como as Agências de Desenvolvimento Regional. Também são responsáveis pela exploração dos recursos naturais, indústrias pesadas, mineração e silvicultura, indústria automobilística, indústria têxtil, etc.

CGLU África, como organização tutelar dos Governos Locais e Regionais Africanos através dos seus membros que são as Associações Nacionais e Regionais, tem a missão de apoiar o processo de Descentralização, Governança Local e Desenvolvimento Local em África para que as Autarquias Territoriais Africanas (ATAs) desempenhem um papel significativo no dinâmicas de desenvolvimento sustentável e integração do Continente, através de uma visão, estratégias e pilares de atuação muito diversificados: advocacia, capacitação e gestão do conhecimento, assistência técnica, mobilização de recursos e parcerias.

É neste contexto que CGLU África, através da sua Academia Africana de Governos Locais (ALGA) decidiu continuar o diálogo, as reflexões e os intercâmbios sobre a integração económica em África, dedicando a 7ª edição do seu Fórum de Gestores Regionais Africanos e Institutos de Formação dirigidos a Autarquias (FAMI7_2023), presencial, ao seguinte tema geral:

“ A contribuição das Autarquias Locais para a realização da Área de Livre Comércio Continental Africana (ALCCA)”

À semelhança do que acontece desde 2017, o FAMI 7_2023 pretende ser um encontro que não deixe ninguém à margem, certamente dedicado às Autarquias Locais e Institutos de Formação em África, mas também a todos os demais atores e stakeholders interessados na dinâmica da Descentralização, Governança Local e Desenvolvimento Local e Territorial em África ([The FAMI7.mp4](#)).

Objetivo principal

Esta 7ª edição será uma oportunidade para apresentar e discutir as questões e o lugar das Autarquias Locais Africanas na dinâmica da integração económica do Continente.

Objetivos específicos

- Informar os membros e redes da CGLU África sobre o progresso da operacionalização da Área de Livre Comércio Continental Africana (ALCCA);
- Apresentar os principais desafios e obstáculos deste projeto estruturante;
- Aproveitar as experiências existentes e as melhores práticas de integração económica em todo o mundo;
- Situar e discutir o lugar e o papel das Autarquias Territoriais Africanas relacionadas com o Tema Geral do Fórum;
- Oferecer espaços para capacitação, aprendizagem entre pares, formação, desenvolvimento e capacitação para o benefício dos membros e redes da CGLU África;
- Compartilhar conhecimentos e metodologias;
- Promover parcerias, cooperação descentralizada e networking;
- Descubra uma nova Região do Reino de Marrocos, neste caso a Região de Casablanca-Settat pelo seu Património e Cultura.

Data e Local

De segunda 20 a domingo 26 de Novembro de 2023, El Jadida, na região de Casablanca-Settat, Reino de Marrocos, presencialmente.

Público-alvo

- Representantes dos Estados e dos Governos Nacionais.
- Representantes de Organismos Internacionais.
- Associações Nacionais e Regionais de Autarquias Territoriais.
- As Autarquias Territoriais representadas pelos Eleitos Locais.
- Gestores Territoriais Africanos.
- Os Institutos de Ancoragem da ALGA da CGLU África e seus Parceiros, bem como Universidades, Estabelecimentos de Formação e Centros de Investigação.
- Parceiros de Desenvolvimento e Doadores.
- As diferentes componentes da sociedade civil.
- Representantes do Setor Privado.
- Jovens, Eleitos Locais, estudantes.

Principais Segmentos do FAMI 7_2023

- Sessão de abertura oficial.
- Um ou dois convidados ilustres.
- Uma sessão plenária dedicada ao tema geral do Fórum.
- Oficinas paralelas.
- Dias de informação, sensibilização, formação, capacitação, aprendizagem entre pares e intercâmbio de boas práticas sobre temas prioritários para CGLU África e seus parceiros.
- Realização do 8º Encontro com os Referentes Regionais Africanos da ALGA da CGLU África.
- A organização dos encontros das Redes Profissionais da CGLU África.
- Visitas de campo.
- A organização de uma excursão e descoberta do património cultural da região de Casablanca-Settat.

Organizadores e Parceiros

- Cidades e Governos Locais Unidos da África (CGLU África) e seus dois Pólos: o Pólo de Desenvolvimento, Gestão do Conhecimento e ALGA e o Pólo de Operações e Assistência Técnica.
- A Direcção-Geral das Autarquias Territoriais (DGCT) do Ministério do Interior, Marrocos (resta a ser confirmado.).
- As Associações Nacionais de Autarquias Locais de Marrocos (ARM, AMPCPP, AMPCC) (resta a ser confirmado.).
- Parceiros e Patrocinadores (resta a ser confirmado.)

Modalidades Organizacionais

Esta 7ª edição do FAMI será organizada na modalidade presencial.

Idiomas de trabalho

Para acomodar a diversidade cultural africana, os serviços de interpretação estarão disponíveis:

- Para Sessões Plenárias: em árabe, inglês, francês e português.
- Para os Workshops paralelos: em inglês e em francês (salvo acordo em contrário com os Parceiros que serão mobilizados).

Informações práticas sobre FAMI7_2023

Todas as informações sobre FAMI7_2023, incluindo o programa, bem como aspectos práticos e logísticos, podem ser encontradas no Portal da CGLU África: www.uclga.org

Inscrições para FAMI7_2023

Para participar do FAMI 7_2023 e se beneficiar de todos os seus segmentos, trabalhos e atividades, você está cordialmente convidado a se inscrever clicando no link abaixo:

https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSftoKi5OXpUFkjOQKI96BITRC6SN4nPZFfvt6VbhbaAnoIM1g/viewform?usp=sf_link

Taxas de inscrição e participação ao FAMI 7_2023

- Para membros e redes da CGLU África: **850 euros por pessoa.**
- Para não membros da CGLU África: **950 euros por pessoa.**
- Cônjuges e Acompanhantes: **100 euros por pessoa.**
- Para Delegações/Grupos com mais de 5 participantes : **redução de 20%.**

Existem dois métodos para o pagamento das taxas de inscrição

1) Por transferência bancária diretamente para a conta bancária da CGLU África:

Referências da CGLU África para transferência bancária

BANCO: BANQUE MAROCAINE POUR LE COMMERCE ET L'INDUSTRIE (BMCI) AGENCE 16 NOVEMBRE-RABAT

Beneficiário: CITES ET GOUVERNEMENTS LOCAUX UNIS D'AFRIQUE

Número de conta RIB: 013 810 01124 202406 001 63 94

Código BIC/SWIFT: BMCIMAMCXXX

Endereço do banco: Rabat 16 Novembre (00810), 2 Rue 16 Novembre, Rue Oued Makhazine, 10000 Rabat.

A Transferência Bancária deve incluir a seguinte declaração:

SOBRENOME & NOME DA INSTITUIÇÃO OU PARTICIPANTE + CGLU África / ALGA – FAMI 7_2023.

2) Ou na chegada, na Secretaria do Fórum, no ato da inscrição.

Estas taxas de inscrição permitem-lhe beneficiar dos seguintes serviços principais:

- Beneficiar de instalações de receção de e para o Aeroporto;
- Acesso e beneficiar de todos os segmentos, trabalhos e atividades do Fórum;
- Beneficie-se de Sessões de Capacitação, Aprendizagem entre Pares, Formação, Desenvolvimento e Capacitação;
- Beneficiar de um Team Building;
- Tenha o Kit Fórum;
- Beneficiar de 2 (dois) coffee breaks e 1 almoço por dia durante o Fórum;
- Participar no Jantar de Gala;
- Aproveitar um dia de excursão;
- Beneficiar da facilitação do processo de visto, se necessário;
- Beneficiar de transporte interno;
- Receber um Certificado de Reconhecimento e/ou Participação;
- Uma equipa profissional ao seu serviço para facilitar e tornar a sua estadia agradável.

Processo de visto

Para entrar no Território do Reino de Marrocos, os estrangeiros devem ter o seu visto quando exigido pelas Autarquias deste País. Existem, no entanto, vários países que são isentos de visto.

Os participantes de países para os quais é exigido visto de entrada em Marrocos e cujos países tenham Embaixada/Consulado do Reino de Marrocos, devem contactar os Serviços da Embaixada ou Serviços Consulares de Marrocos para obter o visto de entrada em Marrocos, apresentando todos os documentos exigidos.

Para participantes de países onde não há Embaixada de Marrocos, os serviços relevantes da CGLU África irão auxiliá-los na obtenção de um visto eletrónico. Para isso, devem enviar uma cópia de seu passaporte com validade mínima de 6 (seis) meses o mais rápido possível.

Transporte Internacional e Hospedagem

Os participantes do fórum são convidados a pagar pelo transporte internacional, bem como pela meia pensão.

Dado que esta 7ª edição do Fórum será realizada na Região de Casablanca-Settat, recomenda-se optar por pousar até o Aeroporto Internacional Casablanca Mohammed V como ponto de entrada em Marrocos.

Uma lista de hotéis será enviada aos participantes com uma variedade de padrões (5 estrelas, 4 estrelas e 3 estrelas).

Sobre os Organizadores

- CGLU África
- (resta a ser confirmado.)
- As Associações Nacionais de Coletividades Territoriais e as Coletividades Territoriais da Região de Casablanca-Settat.
- Universidade Chouaib Doukkali.

Para nos contactar

Sobrenome primeiro nome	Posição	Contatos
Dr. Najat Zarrouk	Diretora de Desenvolvimento, Capacitação e Gestão do Conhecimento e Academia ALGA da CGLU África	Tel: +212 661 120 552 e-mail: Nzarrouk@uclga.org Najat_zarrouk@yahoo.fr
Sra. Abir Achour	Gerenciadora de tarefas (Task Manager)	Tel: +212 688 429510 e-mail: aachour@uclga.org
Senhorita Fariath Chabi	Gerenciadora de tarefas (Task Manager)	Tel: +212 700 991848 e-mail: Fchabi@uclga.org
Senhor Koffi Abalo	Equipe de suporte	Tel: +212 632-084972 e-mail : kabalo@uclga.org
Senhorita Hala Menkari	Equipe de suporte	Tel: +212 662 107 464 e-mail: hmenkari@uclga.org
Central telefónica da CGLU África		Tel: +212 537 26 00 62 +212 537 26 00 63 Fax: +212 537 26 00 60 info@uclga.org